N.º 1 — 17 de Março de 1915

A IDEIA NACIONAL

Director — HOMEM CHRISTO FILHO

N.º 1 17 de Março de 1915 ANNO 1.º

A IDEIA NACIONAL

REVISTA POLITICA BI-SEMANAL

Director — HOMEM CHRISTO FILHO

SUMMARIO

SECRETARIO GERAL: Victor Falcão. EDITOR-ADMINISTRADOR: Antonio Rocha. Propriedade de Homem Christo Filho. Redacção, administração e officinas de comp. e imp. Rua de Arnellas — AVEIRO. — —

Escrevem n'A IDEIA NACIONAL:

Ramalho Ortigão
Conselheiro Ayres de Ornellas
Homem Christo (CARTAS DE LONGE)
Alberto Pinheiro Torres (QUESTÕES RELIGIOSAS)
Lord Henry (PHILOSOPHIA POLITICA)
Conselheiro José de Azevedo Castello Branco
João do Amaral (O MEU DIARIO)
Conde de Sabugosa
Lourenço Cayolla (QUESTÕES COLONIAES)
Antonio Emilio d'Almeida Azevedo
João da Nova (QUESTÕES DO DIA)
Conselheiro Anselmo Vieira (QUESTÕES FINANCEIRAS)
G. Jean Aubry (QUESTÕES ESTRANGEIRAS)
Victor Falcão (NOTAS POLITICAS)
Etc., etc.

Toda a correspondencia relativa a esta Revista deve ser dirigida ao SECRETARIO GERAL.
Cada exemplar d'A IDEIA NACIONAL custa 50 reis

REVISTA POLITICA

I — O desapparecimento d'A RESTAURAÇÃO. O apparecimento d'A IDEIA NACIONAL.

A Restauração *começou a publicar-se em 20 de julho de 1914. Tres mezes depois, em 20 de outubro, tendo sido apprehendido em noventa dias trinta vezes, o nosso jornal era suspenso por ordem do governo do snr. Bernardino e assaltado, na noite seguinte, por uma turbamulta ignara, composta d'alguns milhares de facinoras. Essa turbamulta, commandada por conhecidos chefes da* formiga branca, *esbarrou com a resistencia corajosa dos redactores d'*A Restauração *que, alvejados a tiro da rua, repelliram efficazmente os assaltantes com jactos de agua fria, servindo-se para isso de mangueiras previamente installadas nos nossos escriptorios.*

*A resistencia dos redactores fez retirar os assaltantes que só voltaram duas horas depois, em numero muito maior — seriam approximadamente seis a oito mil — e depois de haverem destruido inteiramente os escriptorios da nossa succursal, no Chiado, sem que a força publica interviesse. Os redactores d'*A Restauração, *repellindo com maior energia ainda os ataques furiosos e impotentes da ralé que o snr. Affonso Costa e os seus amigos dirigiam, tornavam impossivel a destruição do jornal.*

E foi então, ás onze da noite de 20 de outubro, que as auctoridades intervieram, não para castigar os assaltantes, mas para prender os redactores que defendiam dentro da sua casa, as suas vidas e a sua propriedade.

Telephonámos para o governo civil, protestando contra o inqualificavel attentado e declarando á auctoridade superior do districto que a tornavamos responsavel pela destruição da nossa propriedade, que representava algumas dezenas de contos, se porventura, depois de ter prendido arbitrariamente os nossos redactores, ella não tomasse as insignificantes providencias necessarias para garantir a sua defeza.

Horas depois, estando o jornal inteiramente abandonado e apenas defendido por dois policias, a mesma multidão, composta de gatunos e assassinos conhecidos, invadia os escriptorios da rua da Emenda, roubava e destruia tudo o que lá se encontrava, causando prejuizos superiores a trinta contos de reis. E no dia seguinte, ás 8 da manhã, dois policias prendiam-nos no Avevenida Palace e levavam-nos sem mais explicações para o calabouço mais infecto do governo civil.

Do governo civil fomos para a esquadra da Boa Vista, d'ali transportaram-nos para uma caserna da guarda republicana e de lá, provada a nossa absoluta innocencia, como o declarou á Capital *o proprio director da policia de investigação, posto na fronteira e proscripto do paiz por trez annos em virtude d'um decreto illegal e arbitrario do governo Bernardino Machado,*

*Assim terminou a vida curta mas gloriosa d'*A Restauração. *Assim se interrompeu a nossa acção jornalistica que hoje recomeça, subordinada á mesma orientação politica, mais energica do que nunca porque mais do que nunca estamos decidido a* ir até ao fim.

*Emquanto se procede á installação e organisação do jornal diario, os leitores e amigos d'*A Restauração *encontram n'*A Ideia Nacional *artigos dos mais illustres escriptores d'este paiz e a modesta prosa do signatario d'estas linhas. Quando vier o jornal, mais completa será a sua acção, desde que tenha como auxiliar uma revista politica como esta, onde os problemas fundamentaes da vida portugueza possam ser tratados com um vagar e uma profundeza incompativeis com a forma rapida e concisa exigida pelo jornalismo moderno.*

II — Homens de bem na opposição, bandidos no poder: republica inviavel. Bandidos na opposição, homens de bem no poder: republica impossivel.

Ao governo do snr. Bernardino Machado, succedeu, como os leitores sabem, um governo democratico que continuou, aggravando-as, a serie de prepotencias e dislates praticados pelo seu antecessor. A frandulagem que forma o partido do snr. Affonso Costa estava senhora absoluta do paiz; o chefe unionista, cujas negociações com o partido democratico para a constituição do ministerio Victor Hugo fracassaram, declarou guerra de morte ao affonsismo emquanto este não satisfizesse as suas exigencias; os democraticos, senhores do poder, responderam á campanha de Camacho apprehendendo a Lucta *e mandando por fim trancar as portas da sua redacção, como haviam feito sempre até ali aos jornaes monarchicos todos os partidos da Republica.*

Foi então que o exercito, vendo o aspecto tenebroso que tomavam os acontecimentos e prevendo as gravissimas consequencias que podiam resultar d'um tal estado de coisas, vexado pelas imposições da formiga branca, *se decidiu a expulsar do poder á má cara a* troupe *que os snrs. Affonso Costa e Alexandre Braga commandavam.*

Com a constituição do governo do snr. general Pimenta de Castro, appoiado pela quasi unanimidade do exercito, a situação mudou, evidentemente. Seria injusto e indigno de nós, recusar, por espirito de partido, ao governo actual, os louvores que o seu esforço bem intencionado merece. Mas seria tambem da nossa parte ingenuidade, que tocaria as raias da parvalheira, acreditar no exito d'uma tentativa votada inevitavelmente a um mallogro completo.

Se o snr. Affonso Costa não tem força para se manter no poder — e não tem — se é odiado por toda a boa gente de Portugal — e é — pode todavia perturbar a tal ponto a vida da nação e difficultar por tal forma a vida d'um governo desejoso de pôr termo á anarchia e ás violencias republicanas, que todas as tentativas de pacificação nacional a dentro da Republica são inviaveis.

As primeiras medidas tomadas pelo snr. general Pimenta de Castro para

dar execução ao seu programma encontraram da parte dos elementos demagogicos uma opposição violentissima, que o chefe do governo precisa de esmagar definitivamente se quizer desempenhar-se, não efficazmente, mas pelo menos conscienciosamente, da sua missão. O snr. Antonio José d'Almeida e o seu partido, o snr. Brito Camacho e a sua clientela não olham nem aos interesses do paiz, nem aos interesses da Republica, mas sómente aos seus interesses partidarios. O primeiro anda a jogar de porta, *descaradamente, desde a queda do gabinete Bernardino; a desunião dos seus amigos, entre os quaes ha duas correntes, uma entendendo que o snr. Affonso é o grande inimigo, outra, talvez mais numerosa, odiando o snr. Camacho, e a sua falta de auctoridade e de energia, a sua absoluta incapacidade politica, impedem-no de tomar uma attitude definida. O snr. do Calhariz é o mesmo trocatintas de sempre, mesquinho, rancoroso e desavergonhado, dizendo hoje o contrario do que disse hontem, fazendo amanhã o contrario do que disse hoje, faltando á sua palavra, trahindo os seus compromissos, fugindo a responsabilidades, intriguista emerito e sem escrupulos só egualado pelo seu dilecto amigo e collaborador João de Menezes. Não tardará que os trez, Affonso, Antonio José d'Almeida e Camacho estejam unidos contra o governo do snr. Pimenta de Castro e empreguem todos os esforços para derruba-lo, compromettendo embora a vida da nação, recorrendo aos mais vis expedientes para salvarem os seus interesses miseraveis.*

É um becco sem sahida. Se a Republica é impossivel estando os bandidos no poder e os homens de bem na opposição, ficará provado d'esta vez que não é mais viavel estando no poder os homens de bem e na opposição os bandidos.

O Conflicto Europeu

POR

AYRES DE ORNELLAS

A Guerra Allemã

Os allemães entraram em Antuerpia dois mezes quasi dia a dia depois da violação da neutralidade belga. Porque motivos, sob que pretextos tão fueis como falsos se invadiu um territorio garantido solemnemente pela fé dos tratados, como se lançou sobre uma nação, pacifica entre todas, uma invasão que na barbarie com que se desencadeou não encontra similar na historia escripta, está por demais na memoria de todos. Teriam podido, o rei e o povo, curvar a cerviz sob a ameaça do inimigo formidavel, ceder á força brutal que se impunha. Não o quizeram. Perante a affronta, a união da nação em volta do rei foi instantanea, acabando com as differenças de nacionalidades.

Expozeram-se todos de peito firme ás mais horrorosas catastrophes; nada na dôr humana foi poupado a esse povo martyr do seu dever, mas a defeza dos belgas escreveu na historia uma das mais bellas paginas da humanidade: salvou a honra e a dignidade do homem! E quando Antuerpia cahiu e o paiz ficou á mercê do inimigo implacavel que alastrou logo as suas hostes até ao Mar do Norte, o soldado belga podia orgulhosamente exclamar: E' certo, já não temos patria, mas temos ainda o Rei! (1)

Deveras, mesmo sem essa figura que resahe n'estes dois mezes atrozes com toda a grandeza epica d'um *heroe*, a Belgica teria mantido, honrada e leal, a sua palavra, e o governo que hesitasse seria irremissivelmente varrido pela indignação d'um povo que jámais conheceu a traição. Mas, é Maeterlinck que o nota, «se o Rei faltasse ter-se-hia produzido uma natural confusão, fluctuações inevitaveis n'uma multidão fulminada pelo inesperado do ataque. Phrases inuteis, manobras falsas, hesitações irreparaveis ainda que legitimas, teriam sido consequencia da situação: sobretudo as palavras precisas, necessarias, inalteraveis, não teriam sido pronunciadas; os gestos, taes que os não conhece mais bellos a historia, não seriam executados quando precisos. Graças ao

(1) Ouvido e citado pelo correspondente do *Daily Mail*.

Rei, o acto deslumbra, afirma-se e mantem-se, sem um desfallecimento, um retoque, ou uma sombra. A linha heroica é recta, nitida, magnifica, vinda das Thermopylas indefinidamente prolongada».

Curvemo-nos nós respeitosos e commovidos perante a grandeza do sacrificio que representa a perda do territorio belga; mas deveras são ahi os vencidos os verdadeiros vencedores!

Praça sitiada é praça tomada, diz um aphorismo militar que talvez remonte ao cerco de Troia; mais recentemente Moltke escreveu que a historia dos campos entrincheirados é a historia das capitulações. Mas os allemães tem empregado agora um processo bem diverso da demorada guerra de sitio classica, desde a abertura da trincheira até ao assalto pela brecha aberta. Começam por destruir um ou dois fortes da linha exterior e fazem passar uma torrente d'homens, mesmo sob o fogo convergente dos outros, e isto, dê por onde der, custe o que custar; repete-se a operação na segunda linha de defeza se a ha: abre-se o bombardeio e a praça cahe. E' o *ataque d'arrancada* (l'ataque *brusquée*) preconisado por von Sauer.

Tal qual no campo da batalha: n'um dos seus relatorios Sir John French descrevia o avanço da infantaria inimiga, em massa, tomando a fórma d'um T constituido por diversas linhas em fileiras unidas; uma quasi resurreição da phalange antiga.

Desbaratadas as primeiras pelo fogo abrem para os flancos para permitir o avanço das que seguem na rectaguarda, e assim progride como que uma maré humana, cada onda vindo quebrar mais além que a anterior.

Se o formidavel e medonho consumo de vidas humanas que taes processos representam está em correspondencia com o resultado obtido, pertence ao Estado Maior allemão aprecial-o.

Nós queremos só destacar a inflexivel dureza da disciplina que elles significam, mantida ainda pela *vara de ferro* do velho Frederico, e o conceito rudimentar e brutal dos processos tacticos. Encontramos um conceito analogo, mais marcado, nos methodos estrategicos, reduzidos depois de von Schieffen e da sua escola ao *envolvimento*, tomando e erigindo a excepção em regra geral, abolindo a manobra e todo o seu artistico e variado desenvolvimento.

Os methodos de guerra, tem portanto, como não podiam deixar de ter, toda a caracteristica da brutalidade allemã; mas esta que parecia outr'ora talvez residuo da selvageria primitiva está hoje erigida pelos seus doutrinarios em *methodo scientifico;* sendo a guerra o retrocesso ao estado barbaro, isto é, aquelle em que a força e só a força tem valor e domina, é preciso que a guerra seja a guerra: *Krieg ist Krieg!* escreve von Bernhardi.

Comprehendido scientificamente, é o mais atroador—*ai dos vencidos*—

que nunca ouviu a humanidade. Porque desencadeada a barbarie como uma força superior da natureza foi-se a lealdade, a honra, o brio, o cavalheirismo, tudo quanto de elevado e nobre constituia o *pundonor militar*. Fé dos tratados, palavra empenhada, escrupulos de honra, humanidade para com as victimas da guerra, são só fraquezas, obstaculos ao livre desenvolvimento da força. *Necessidade faz lei*, e os tratados jurados são farrapos de papel; a mentira, a perfidia, a traição são licitas e auctorisadas; justificado o bombardeio das cidades abertas, a destruição sacrilega dos mais admiraveis monumentos que a arte do homem levantou e edificou na terra, e o incendio methodicamente organisado e scientificamente executado por pelotões especiaes de *soldados incendiarios* (vergonha eterna da farda que vestem!) dispondo dos ultimos engenhos e artificios descobertos pelo genio do mal.

Mais ainda: desde que se trata na guerra de desencadeiar e levar ao maximo todas as forças destruidoras, o *povo superior* é o que mais e melhor está armado para essa destruição. A união da barbarie com a sciencia, da *kultur* com o militarismo, negada pelos devaneiadores internacionaes, proclamada agora e orgulhosamente reivindicada no celebre manifesto dos intellectuaes allemães, eis o que explica o caracter pavoroso e absolutamente *anti-humano* que a guerra allemã tem assumido.

Mas não só o explicam os intellectuaes: é porque, sobretudo no theatro occidental das operações, a *kultur* allemã encontrou os seus dois grandes adversarios de sempre: a religião catholica e a civilisação latina que d'ella derivou. Contra a primeira se levantou a Allemanha da Reforma, e o mixto de sensualidade e orgulho do eu que caracterisa o lutheranismo tem explodido em toda a serie de horrores praticados; é o proprio *Worvaerts* que o regista jubiloso, especialmente desde Louvain e Liège até Reims, Senlis e Notre Dame de Paris. Contra a segunda ergue-se o conceito brutal da cultura e civilisação allemã visando só a *força* e o emprego da *força*.

Só ella eleva o homem acima do seu semelhante, só ella é forte. E força afinal só é a sciencia que nos dá o Senhorio das forças da natureza.

Toda a brutalidade allemã está aqui.

Veja-se agora em contraposição o que é a civilisação latina; o velho direito romano com o respeito pela lei, a cultura como meio de adoçar os costumes, de suavisar a vida, de nos tornar mais homens, alheios a nada do que seja humano, na admiravel phrase do poeta latino, temperando a força pelo cavalheirismo, tornando a honra o traço indelevel do caracter, usando a caridade como atenuante das exigencias que a guerra possa tornar necessarias.

Esta guerra vem assim revelar-nos que, como no tempo de Tacito, a civilisação e a barbarie, *a Rheno separatur*. De mais se tem vivido sob a sugges-

tão da sciencia e da cultura allemãs, da superioridade allemã. Libertemo-nos dessa doença, e por uma vez.

Acontece ainda que a Allemanha da lenda, idealista, sonhadora, foi precisamente aquella que se deixou impregnar de cultura latina, a que seguia na esteira politica da velha monarchia franceza. O Imperio allemão cortou cerce essa influencia; a consciencia allemã, que Fichte quiz despertar depois de Iena, foi precisamente a que inspirou a sua fundação e que elle se deu por missão derramar no mundo.

A par e passo que se constituia e precisava a doutrina do *germanismo*, lançava Bismarck os alicerces da organisação que o ia propagar. No ultimo quarto de seculo, o mais tenaz propugnador da doutrina, foi o chefe, o natural representante da nação: o Kaiser. Passára quasi em julgado que o temperamento agricola do camponez germanico tornando-o um admiravel infante ou um pesado *reiter*, o inhibia para as fainas maritimas. Foi Guilherme II que ressuscitando as tradições da Hansa, unia o imperio na ideia d'uma marinha nacional, e tornava-o por um labor incessante a segunda potencia naval do mundo. Aproveitando a revolução industrial que ia transformando a vida material e moral do seu povo, dava ao seu Imperio uma solida fundação economica: o crescer continuo das despezas militares era acompanhado pelo augmento espantoso da actividade industrial, pelo açambarcamento dos mercados por um desenvolvimento commercial sem precedentes. No meio da admiração de uns, da submissão de outros, o herdeiro do grande Frederico podia julgar licitas todas as ambições, e por muito tempo pareceu realisal-as sem desembainhar a espada sempre tão cuidadosamente temperada. Bastava a ameaça do *punho de ferro*. Cada anno que passava augmentava o numero dos seus capitaes, crescia o effectivo dos seus exercitos, alastrava a tonelagem da sua marinha, avolumava a cifra portentosa do seu commercio. Fundado pela guerra, fortificado e desenvolvido pela guerra, assentava na paz o poderio allemão, e na paz, ameaçando na sua soberba todo o interesse alheio, parecia ir alcançando emfim o Senhorio do mundo!

Chegava o perigoso momento psychologico em que o orgulho exige de mais.

Ebria de força, vendo só nella o poder, a Allemanha julgou tudo possivel. E intimava sobranceira um prazo de doze horas para que as duas maiores potencias militares da Europa lhe aceitassem a lei. N'um instante o brio despertou, a indignação venceu o receio, e ao comprehender agora onde desceria a servidão do mundo, perante o desencadear scientifico e methodico da força bruta, um longo brado de reprovação e horror atroa os ares de um extremo a outro do universo. Comprehendendo e sentindo emfim o perigo que o ameaçava,

o orbe terrestre estremeceu e todo elle se vae congregando no anceio propositado, na tenção firme de livrar *para sempre* a civilisação de tamanho e tão monstruoso pesadelo.

Genebra — Outubro de 1914.

Ayres d'Ornellas

N. da R. — Este artigo é o primeiro d'uma serie que o snr. Conselheiro Ayres de Ornellas começou a escrever em outubro de 1914 para a *Restauração*. Tendo sido destruido o nosso jornal antes d'elle chegar a Lisboa, publicamo-lo agora n'*A Ideia Nacional* e nos proximos numeros publicaremos os seguintes que o eminente estadista está escrevendo.

Cartas de Longe

POR

HOMEM CHRISTO

Coisas a relembrar...

A Ideia Nacional deseja contar-me entre os seus collaboradores e espera que lhe escreva alguma coisa sobre o que tenho visto e aprendido cá por fóra, e em especial sobre assumptos da França e da guerra. Seja. Mas não se esqueçam de que tenho um modo particular de vêr as coisas, nem sempre em harmonia, direi melhor, quasi sempre em desharmonia com os interesses dos politicos e dos bandos, e uma fórma muito minha d'escrever. E, meus amigos, impenitente nos processos e nas doutrinas, confesso-lhes, e aos leitores, que não estou disposto a mudar. Se me querem assim, aqui me teem. Se não, deixem-me na reserva a que me coagiram esses bandidos, até que, readquirindo um direito natural que Deus me deu, e que a ninguem era dado arrancar-me, tyrannia que hão de pagar caro, porque todas as tyrannias, tarde ou cedo, se pagam caro, até que as circumstancias me permittam escrever livremente em Portugal.

Sempre colloquei os interesses do paiz acima dos interesses dos partidos e das instituições. Disse-o e escrevi-o assim que surgi, e bem novo eu era, para o jornalismo e para a politica.

Affirmei-o resolutamente n'um dos periodos mais criticos da vida d'essa terra, após o *ultimatum,* antes e depois d'eu ser membro do directorio do partido republicano. E ratifiquei-o bem publica e bem claramente no livro que dei á estampa, em 1891, sobre o *31 de janeiro.*

Conhecedor profundo do partido republicano, do valor dos seus homens, combati-o energicamente, sobretudo depois da morte de D. Carlos, considerando o seu triumpho uma desgraça. Entre muitos outros artigos n'esse sentido, lembro-me d'um, o que escrevi no *Povo de Aveiro,* em 8 de maio de 1910, sob o titulo: — *Não é uma crise do regimen, é uma crise do caracter nacional.* Já o tenho transcripto, mas em publicações que não circularam em

Portugal. Por isto mesmo, não é superfluo transcrever agora para aqui alguns dos periodos mais notaveis.

"Não ha solução nenhuma, absolutamente nenhuma, para a triste vida portugueza, emquanto o paiz não se resolver a *reformar o seu caracter*...

A obra civilizadora e patriotica do partido republicano deveria ter consistido, desde que se apresentava como um partido de *verdade*, em moralizar o meio. Teria sido uma obra sobre todas benemerita. Mas como elle a não fez, agora tem de ser feita contra elle. Este é o dever imposto a todos os homens de juizo e de caracter, ou republicanos ou monarchicos, que existam em terra portugueza.

As quadrilhas monarchicas são más. Mas a quadrilha republicana é peor que as quadrilhas monarchicas. O ultimo congresso do partido republicano, confirmando todos os congressos anteriores, demonstrou mais uma vez que o partido republicano não offerece ao paiz outra garantia que a garantia pessoal dos individuos que o constituem.

Ora quem são os individuos que o constituem? Toda a gente o sabe. O partido republicano consagrou os ultimos pulhas. Os ultimos bandidos. Fez d'elles os seus santos. Os seus deuses. Sem que do seio d'esse partido surgisse um unico protesto contra esse facto sem nome...

Não ha duvida que a corrupção dos homens monarchicos é profunda. Não ha duvida que, além de corruptos, se teem mostrado d'uma imbecilidade suprema. Mas a incapacidade moral e intellectual dos republicanos é maior ainda. O partido republicano não tem um *unico homem de solida envergadura moral*, porque um homem de solida envergadura moral é incapaz de ser, por um instante, solidario com tratantes. Não tem um unico homem austero, porque um homem austero não é capaz, em caso algum, de *gramar* bandidos. E não tendo *um unico homem* n'essas condições, um unico homem que moralmente offereça garantias, tem pulhas aos cardumes. E pulhas exercendo papel preponderante e até decisivo no partido.

Isto pelo lado moral. Pelo lado intellectual, quaes as garantias do partido republicano? Onde estão os seus estadistas? Onde estão, sequer, os seus homens de bom senso, os seus homens de juizo? Quem são elles?...

O que ahi vae é uma especulação, uma insensatez, um desvario immenso. Demonstrando a quem quer que, porventura, ainda tivesse duvidas, que a questão que está posta não é a questão da monarchia, mas a questão, mais alta, da intelligencia e do caracter portuguez.

Venha o que vier, gritam os patriotas, *mas o que ahi está é que não pode continuar.*

Insensatos! Loucos!

Então o que vem? Pois nós não sabemos, todos, *o que vem*? Se houvesse duvidas sobre o que vem, se o que vem fosse uma incognita, já seria loucura gritar: *Venha o que vier!* Mas se nós sabemos muito bem que ha de vir, pelo menos, a mesma incapacidade moral e a mesma incapacidade intellectual que ahi está?...

Dentro do paiz, a proclamação da republica, em vez de ser a derrota, seria, não cessaremos de o dizer, o triumpho definitivo do espirito de banditismo. Isto é, da immoralidade publica, do roubo. Seria o triumpho definitivo da canalha, isto é, da desordem, da anarchia, do desregramento e desvario sob todas as suas formas. E fóra do paiz seria, pelo menos, a má vontade da Europa. Má vontade sufficiente para fazer sossobrar uma independencia que já não vive, ha muitos annos, senão da lucta d'interesses ou da *boa vontade* da Europa.

Isto é uma caranguejola, sem qualquer elemento de consistencia e sem qualquer condição de resistencia. Se começarem a puxar por ella, irá a terra n'um instante.

Temos um povo bestial. Explorado infamemente nos seus vicios e nas suas paixões. Os *educadores*, os *politicos*, nunca trataram de lhe corrigir os vicios, de lhe curar ou aplacar as paixões. Profundaram-lh'as. Exacerbaram-lh'as. Aproveitaram a sua falta d'educação para a obr

mais torpe d'exploração, de charlatanismo, de mentira, de que ha memoria na historia de qualquer povo do mundo.

Ora sem sciencia nem consciencia nas multidões, e sem sciencia nem consciencia nos dirigentes das multidões, que vem cá fazer um *regimen democratico?* Qual é o seu alicerce? Em que se apoia?

Accresce que os republicanos estão unidos *unicamente* pela ancia faminta dos despojos. E' o instincto do chacal que os une.

Não se devoram ainda pela firme esperança de, brevemente, devorarem a presa cubiçada. No fundo, odeiam-se uns aos outros. Odios terriveis, rivalidades profundas, despeitos insanaveis os separam. Cahida a monarchia, o embate entre elles vai ser medonho. Posta a saque a patria, vae ser tremenda a explosão do furor d'esses bandidos. E Portugal, sem preparação nenhuma para a republica, sem consciencia civica, sem instrucção, sem educação, liquida. Definitivamente, liquida.

A hora é grave, gravissima. Não ha duvida que o caso Hinton, que o caso do Credito Predial, repetição de mil casos semelhantes, denunciam nas quadrilhas monarchicas uma incapacidade moral absoluta. Mas tambem não ha duvida que os republicanos só agitam essa incapacidade como arma de especulação. No fundo, a sua incapacidade intellectual, a sua incapacidade moral, é, se é possivel, mais profunda ainda. De forma que só resta o dilemma posto por nós no ultimo artigo: ou se fórma n'este paiz a reacção precisa para vencer o espirito de banditismo, ou isto é paiz perdido.

Forma-se essa reacção? O paiz pode subjugar as quadrilhas monarchicas, obrigando-as a seguir melhor caminho? Pode coagir, forçar a purificar-se, a ser um partido, a quadrilha que ousa falar em republica e em democracia? Muito bem. Não pode? Então façam como os medicos atilados: não sujeitem um doente ferido de morte a uma revolução, operação melindrosa, operação dolorosa e de todo em todo, inteiramente inutil. Deixem, ao menos, que o desgraçado morra em paz.

Abri os olhos, cegos! E' o caracter portuguez que está em fóco. Não são as fórmas de governo.

Não é uma crise de regimen, a que ahi se debate. E' uma crise da nação„.

Assim falava eu, torno a recordar, em 8 de maio de 1910, ou 5 mezes menos tres dias antes da republica ser proclamada. Enganei-me?

Enganei-me quando, pouco depois, no dia em que Teixeira de Souza era chamado ao poder, escrevia o celebre artigo: *Está vaga a suprema magistratura da nação?*

Enganei-me quando, aqui, no exilio, eu, e só eu, só eu no meio de tantos luminares e de tantos conselheiros, acocorados, cheios d'esperança, cegamente confiados, direi com mais verdade, no successo das incursões, encolhia os hombros clamando: «Nunca, com esta ausencia completa de bom senso e d'espirito d'organisação, com esta estupenda incapacidade dirigente, que já agora parece privativa d'aquella pobre raça, os senhores farão vingar um movimento monarchico!»

Meus amigos, por hoje vou findar. Os meus amigos o que querem é que eu lhes fale da França e da guerra. Pois está bem. Não se assustem. Isto não

passa d'um exordio. Na proxima carta já entrarei, a fundo, no grande facto que domina as attenções universaes.

Mas era uma crise da nação, era, meus amigos, e meus carissimos leitores, como eu dizia em 8 de maio de 1910. Era e é. Cada vez mais grave! Mas só havia uma maneira de a resolver: augmentar a instrucção e a educação nacional, *obra de todos*, e não dos *mãos de redeas,* dos *messias* ou dos politiqueiros borrabotas. E entretanto moralizar pelo exemplo e a verdade, embargando o passo á quadrilha republicana, *a peor de todas,* aquella cujo triumpho seria *uma desgraça*, coagindo-a, forçando-a, como ás outras, como a todas, a purificar-se.

Só eu tentei, no limite das minhas forças, essa grande politica redemptora. Mas quando a tentava, chamavam-me *doido* e *tratante,* como os republicanos, e com estes empenhados em deitar abaixo a monarchia, certos illustres luminares da nossa terra!

Não se assustem, meus amigos. Nem ha de quê. Elles lá vão recebendo, com todos os seus martyrios, emquanto eu arrasto por aqui o meu exilio, um peru ou um folarsinho com que a republica os vae brindando pelo Natal ou pela Paschoa. Não se assustem. Mesmo porque os homens nem se enxergam, quanto mais infundir respeito, quando se pôem de cocoras.

Fico-me a 28, n'estes piparotes. O resto, *o bom,* ficará para quando as circumstancias me permittam publicar o meu jornal.

Adeus. O dito, dito, estejam certos. Falaremos da guerra, falaremos da França, da Allemanha, falaremos de coisas interessantes na carta immediata.

Homem Christo

Philosophia Politica

POR

LORD HENRY

A ORDEM

São muito importantes na vida das nações, os problemas — financeiro, de fomento, economico, militar, religioso, pedagogico, mas a todos sobreleva em grandeza e difficuldade, o problema da ordem.

Pode a situação financeira de um paiz ser grave; pode a sua situação economica ser melindrosa: pode a sua situação militar ser debil; pode, emfim, a sua situação ser cheia de interrogações e angustias, que, se o problema da ordem se mantem na sua normal solução, a vida d'esse paiz está garantida, e o seu progresso encontra-se com elementos de viabilidade. O sentimento de ordem d'esse paiz reside no seu espirito de sacrificio, de resignação e de isenção, e um povo que se sacrifica conscientemente, é um povo com direito á existencia, e tem, no meio dos outros povos, um lugar marcado. Um paiz sem espirito de ordem, por muito competentes que sejam os seus financeiros, os seus economistas, os seus pedagogos e os seus generaes, os seus jornalistas e os seus dirigentes moraes, é um paiz perdido, que torna inuteis todos os esforços d'essas competencias technicas.

O problema da ordem é, pois, o problema-base.

E defeituosos são os homens de Estado que não lhe ligam a attenção que elle requer, os que suppõem que elle se resolve de um dia para o outro, com meia duzia de decretos ou meia duzia de sabradas. Esse problema é, primeiro que tudo, uma questão de psychologia geral: isto é, colectiva e individual. Ha que actuar não só sobre os individuos, mas principalmente sobre a colectividade. E porisso, sendo um problema de psychologia, é, tambem, um problema ethnico. O problema da ordem tem dois aspectos que correspondem aos seus dois elementos fundamentaes constitutivos: o aspecto espiritual ou moral, e o aspecto temporal ou material; a ordem das consciencias e dos espiritos, e a ordem das ruas. A condição essencial da existencia do sentimento da ordem n'um povo, é a ordem das consciencias e dos espiritos.

A anarchia espiritual é mais perigosa que a anarchia temporal. E não se illudam os que suppõem que, restabelecida a ordem temporal, está attingido o desideratum, e resolvido o problema. Ha, pois, primeiro que tudo, que resolver o problema da ordem espiritual, e a unica maneira de o resolver encontra-se na consolidação do sentimento da tolerancia mutua, e no aproveitamento intelligente e opportuno das fontes tradicionais de um povo. Tudo quanto seja reavigorar os elementos de vida do passado; tudo quanto seja tornar conscientes as bases do passado nacional, ligando a intelligencia das gerações do Presente ao que constituiu a vitalidade e a razão de ser do Passado, é bom, é optimo. E tudo quanto seja quebrar o fio das tradições, e abrir entre o Passado e o Presente uma solução de continuidade, é perigoso e é pessimo. Assim, quem quizer dar-se ao trabalho de resolver o problema da ordem espiritual de um povo, tem, antes de mais nada, de dedicar-se pacientemente, sem paixões e propositos preconcebidos, a estudar a historia das instituições sociaes d'esse povo, na parte que diz respeito á sua influencia moral. E uma vez de posse dos conhecimentos que esse estudo lhe der, pode consagrar-se então a reatar os fios partidos, para ver como começa a despertar na alma anarchisada d'esse povo o sentimento da ordem e da disciplina. As nações devem caminhar para o Futuro, cada vez mais se servindo do Passado. O Futuro dos povos não deve ser uma incognita insoluvel: deve ser uma incognita previsivel. E a melhor maneira de se prever o Futuro é conhecer bem o Passado. E por outro lado o Futuro de um povo para ser progressivo, solido e benéfico não deve ser outra coisa que não seja a conclusão logica, determinada e certa do Passado. Todo o Futuro que ou não se firma no Passado, ou lhe é antagonico, é ephemero e ficticio. O progresso real e effectivo dos povos não está em crear coisas novas: está em transformar as existentes, isto é, em ir adaptando ás novas necessidades da vida e ás novas correntes de opinião que correspondam a legitimas e authenticas necessidades moraes, o que já existe, nunca permitindo que se perca de vista a eterna gratidão que devemos á acção dos antepassados cujos labores e sacrificios são ou devem ser o sustentaculo e o estimulo dos nossos sacrificios e labores. Quando se consegue levar ao espirito e á alma de um povo esse sentimento de gratidão, bem como a convicção estavel de que cada epocha tem a sua verdade, e de que portanto as verdades do passado têm de ser tanto mais respeitadas quanto mais a força com que ellas contribuiram para a verdade do presente, quando se consegue levar um povo a essa convicção, creou-se n'esse povo a mais fecunda das condições para a sua ordem, e extinguiu-se-lhe o mais perigoso dos seus elementos anarchicos. Isto quanto ao problema da ordem espiritual, cuja solução compete, principalmente, á Escola, á Egreja, ao Jornal e á Tribuna. Quanto ao problema da ordem temporal, cuja

solução compete, principalmente, á Auctoridade — civil ou militar —, as difficuldades são menores, visto que, como já acima ficou dito, este aspecto do problema geral é uma consequencia do primeiro aspecto. No entretanto ha que attender á necessidade de cercar do maior prestigio a Auctoridade e os seus agentes materiaes, collocando-a em condições de mais se fazer respeitar que temer, ou, o que é a mesma coisa, em condições de ella poder mais prevenir que remediar. Não é nos limites de um artigo que poderemos dizer tudo quanto queremos e temos a dizer, no desenvolvimento da maneira pratica ou applicação dos principios theoricos que ahi ficam, nem está no nosso animo limitarmos as nossas considerações a este ou aquelle paiz, certo como é que nos queremos manter na discussão serena e limpida da Philosophia politica. Mas, em artigos subsequentes, nós demonstraremos como só assim, tal como a deixamos esboçada, se encontra a solução do magno e fundamental problema da Ordem.

Lord Henry

Bilhete a Lady Hetty

My dearest Lady: — Ainda se lembra das nossas conversas epistolares, tão brutalmente interrompidas? Your

L. H.

Questões Juridicas

POR

A. E. D'ALMEIDA AZEVEDO

CONSTITUIÇÃO INGLEZA

Ha longos annos que as discussões politicas d'este paiz tem versado sobre um unico assumpto — a forma do governo.

Alheados quasi completamente das grandes correntes que convergem para o levantamento social das classes operarias, e fazem d'essas classes um dos principaes elementos politicos das sociedades modernas, nós temo-nos limitado a copiar algumas leis francezas que tem provocado geraes clamores, e afinal se não executam.

Cortámos o fio da tradição, e abalámos os alicerces do edificio nacional, descontentando toda a gente.

Os proprios que em boa fé esperavam a ressurreição da Patria reconhecem que os males de que realmente enfermamos tem alastrado, aggravados por outros maiores, que já em outros tempos tinham assollado o paiz, e que actualmente só pela historia eram conhecidos.

A intolerancia e perseguição reappareceram como no tempo dos judeus e christãos novos e tomaram logo o caracter de um flagello devastador.

Quem sabe se nas veias do mais sectario dos chefes republicanos não gira o sangue de algum familiar do Santo Officio?

No entretanto a admnistração publica vae decahindo com rapidez e não ha um unico ramo de serviço que não patenteie o desmazelo e incompetencia geraes.

As reformas e organisações de serviços fazem-se mal e para collocar amigos.

Até as leis levam sobrescripto para determinadas pessoas!

Não seria porém necessaria esta dolorosa experiencia para saber que as formas de governo não devem discutir-se em abstracto, e que monarchia ou republica são instituições que tem de subordinar-se ás circunstancias internacionaes do povo, a que se applicam, ás suas tradições e ao seu caracter.

A Suissa governa-se muito bem com uma republica, em que o poder exe-

cutivo é exercido por um Conselho Federal cujo presidente, eleito por um anno, é ao mesmo tempo o Presidente da Confederação.

Aquella forma de governo é a mais adequada aos povos, que vivem ha seculos protegidos pelas montanhas mais altas da Europa, fóra das grandes vias de communicação, cultivando modestamente os seus vales, e apascentando os seus gados, sem riquezas naturaes que excitem a cubiça e ao mesmo tempo sem luctas internas, que incommodem os vizinhos e dêm pretexto para intervenções.

É egualmente democratico, mas monarchico, o governo da Inglaterra e se o criterio para apreciar o merecimento de um regimen é o bem do publico, isto é, o bem de todos os cidadãos e não o de um pequeno numero, nenhum pode comparar-se com esta Monarchia.

A Inglaterra tem tido bons e maus reis; apezar d'isso nunca no espirito d'este povo a todos superior em bom senso e amor da justiça, entrou a crença de que a mudança de forma de governo lhe podesse trazer beneficio.

«The belief, for instance, in the untold benefits to be conferred upon mankind by merely constitutional changes, such, for example, as the establishment of Republics, or of Parliamentary Monarchies, is hardly comprehensible to the Englishmen of today.» (Dicey, Law and Opinion in England — 1914, pag. LVI).

E um professor illustre ensina prudentemente que o mais seguro conselheiro n'este assumpto não é o que raciocina com mais clareza, mas o que pode prever com mais perspicacia como trabalhará a constituição quando se effectuarem as mudanças propostas (Elementary Politics by Tomas Raleigh, London 1905, pag. 42).

Reflectindo n'esta licção, comprehende-se que o povo inglez, o mais liberal da Europa, não tenha uma *Constituição* no sentido que ligamos a esta palavra; «elle n'existe point» escreve Tocqueville; não ha com effeito nenhum codigo ou lei escripta contendo todas as regras para determinar as pessoas em quem estão investidos os poderes do Estado, como são exercidos esses poderes e como são protegidos os cidadãos contra os abusos dos mesmos poderes.

Existem leis escriptas contendo algumas d'aquellas regras, e existem costumes, tradições e casos julgados que os tribunaes sanccionam e que completam o Corpo de Direito Constitucional Inglez.

Mas ao lado d'este Corpo de Direito ha ainda as *convenções* que só a opinião publica sanccionа e que fazem egualmente parte da Constituição Ingleza.

A responsabilidade dos ministros de Estado pertence á primeira cathegoria sem todavia estar escripta em nenhuma lei.

É pela combinação de varios principios legaes que se estabelece aquella responsabilidade.

Um d'esses principios é que «o Rei não pode fazer mal».

Não é portanto licito invocar uma ordem da corôa, ou de qualquer superior, para justificar um acto prohibido.

Outro principio é que os Tribunaes não reconhecem nenhum acto da Corôa que não seja praticado com determinadas formalidades entre as quaes figura a affixação do sello do Estado e a assignatura de um Ministro.

É por este caminho que se chega á *responsabilidade ministerial.*

Pertence á segunda cathegoria a regra de que os Ministros resignam quando deixam de ter a confiança da Camara dos Communs, e ainda a regra tão discutida antes da guerra actual, a proposito do *Home Rule,* de que o Rei não pode oppor o *veto* a qualquer lei passada pelas duas casas do Parlamento.

Esta flexibilidade da Constituição Ingleza torna bem patente o que nós tambem sabemos por tristissima experiencia — que as leis não valem de nada sem os costumes, e que as instituições, como pensa Gustave Le Bon, tem na evolução dos povos uma importancia extremamente fraca (Lois Psychologiques de l'Evolution des Peuples, Paris 1898, pag. 5).

O direito de reunião e associação é livre, proclama a Constituição da Republica Portugueza.

Os proprietarios que se reuniram em Lisboa para examinar pacificamente a nova tributação da sua propriedade poderiam commentar este artigo com grande copia de factos e exemplos.

Pois em Inglaterra, onde se discutem livremente em comicios todos os assumptos, não ha lei alguma que garanta a liberdade de reunião!

Esse direito politico funda-se, como muitos outros, em meros direitos individuaes.

Os cidadãos têm o direito de frequentar os Parks publicos, contanto que não transgridam os regulamentos d'esses Parks; tem egualmente o direito de dizer o que quizerem a outro cidadão, contanto que não injuriem ou difamem ninguem.

Se a Policia interfere com esses cidadãos, quando em um *meeting* exercem aquelles direitos, e lhes põe mãos violentas, commette um crime de offensas corporaes que os Tribunaes punem.

Por outro lado os cidadãos defendendo-se, não praticariam provavelmente um crime.

Tambem a Constituição da Republica Portugueza garante com a maior pompa a expressão do pensamento.

A *suspensão* por ordem das auctoridades, de muitos jornaes, e os ataques com a protecção, mais ou menos encoberta, da força publica ás typographias mostram como n'este regimen se respeitam as leis.

Pois em Inglaterra, onde, ha mais de dois seculos, se não suspende um jornal, não ha lei alguma que garanta a liberdade de imprensa!

Esta garantia provem da applicação do principio de que só pode ser punido quem violou uma lei; não quem pode ou quer violar a lei, mas sim quem *realmente* a violou.

É esta a natuteza da Constituição Ingleza. Precisamos porém pôr em relevo um dos seus mais notaveis caracteres—a *flexibilidade*, isto é, o direito que tem a Corôa e as duas casas do Parlamento de modificar ou revogar qualquer lei ou regra constitucional.

N'aquelle paiz teem o nome de *constitucionaes* as leis que se referem a assumptos que affectam as instituições fundamentaes do Estado, mas por mais importantes que sejam, todas podem ser modificadas pelo mesmo processo e pelos mesmos poderes do Estado.

Pelo contrario a Constituição da Republica Portugueza é uma constituição *rigida*, isto é, tem artigos que não podem ser modificados ou revogados senão com determinadas formalidades, e em periodos determinados de tempo.

Ha mesmo um principio *sagrado* em que ninguem pode tocar, é a forma republicana do governo.

Ainda que a grande maioria da nação, manifestada de modo indubitavel, quizesse voltar á forma monarchica de governo, não poderia fazel-o senão rasgando *violentamente* a Constituição.

Como era de presumir trouxeram de França este systema.

Teem sido doze as Constituições Francezas monarchicas e republicanas desde a grande revolução até ao regimen actual. Eram todas rigidas e duraram em media menos de dez annos. A de 1830 cahiu passados sete annos depois de Tocqueville mostrar que não existia nenhum poder legal capaz de alterar os seus artigos constitucionaes.

Com a sua flexibilidade vale decerto muito mais do que um *farrapo de papel* essa outra Constituição que, identificada com as tradições do povo, tem permittido á nação Ingleza realisar todos os progressos economicos, sociaes e politicos sem uma revolução desde 1689!

ANTONIO EMILIO D'ALMEIDA AZEVEDO.

POR

LOURENÇO CAYOLLA

A situação de Angola

Começamos a escrever estas chronicas n'uma hora eriçada de perigos para o nosso dominio colonial. Mais do que nunca o esforço de todos os que amam enternecidamente os destinos e o bom nome da nossa patria se devem conjugar no elevado intuito de radicarmos a influencia de Portugal como metropole nos dominios ainda tão vastos e promettedores do seu imperio d'além mar e de assegurarmos solidamente a nossa soberania impondo-a ao respeito dos indigenas e á consideração dos povos extrangeiros. Ha quatro annos o horisonte apresentava-se-nos desanuveado e limpo. De 1895 a 1909 realisaramos uma obra colossal, desproporcionada com os nossos recursos, e conseguiramos com ella cobrir de respeito a bandeira nacional, desde a costa até aos mais longinquos pontos do interior das nossas colonias. Effectuámos com honra e gloria para as armas portuguezas as campanhas de Gaza, do Barué, dos Dembos e dos Cuamatos. Conseguimos a pacificação da Guiné e a occupação de regiões como a de Angola e a do interior do districto de Moçambique. Em toda a parte se admirava a valentia dos nossos soldados e se celebravam as qualidades de sobriedade, de resistencia, de patriotismo e de valor, que tanto os distinguem para as guerras no sertão. Ao passo que nações poderosas como a Allemanha precisavam recorrer a verdadeiros exercitos e a enormissimos sacrificios para vencerem a rebeldia dos indigenas dos seus territorios, nós obtinhamos resultados mais decisivos e verdadeiras victorias, com contigentes muito mais reduzidos e expedições pouco fortes em numero. Os tratados dos estadistas acompanhavam e fortaleciam a acção dos soldados. Antonio Ennes e Mousinho d'Albuquerque abriam para a provincia de Moçambique uma era de prosperidades e desenvolvimento e Paiva Couceiro estabelecia no seu plano para o fomento de Angola bases seguras da regeneração economica d'esta provincia.

Os resultados de tanta dedicação, heroismo e intelligencia não se fizeram esperar. A pouco e pouco a Europa começou a olhar-nos primeiro com sympathia e depois com excepcional consideração. As chancellarias das potencias de primeira ordem distinguiram-nos com provas do maior apreço.

As aguas do Tejo agitaram-se, cortadas pelas quilhas dos mais bellos couraçados das grandes esquadras extrangeiras e as ruas de Lisboa engalanaram-se para festejarem o desfilar dos cortejos sumptuosos em que o Rei da Inglaterra, a sua Augusta Consorte, o Imperador da Allemanha e o Presidente

da Republica da França tomavam parte, para virem cumprimentar o Rei D. Carlos e afirmar a mais viva sympathia pela nação portugueza. Na nossa historia, depois da epoca das conquistas e dos dias de maior gloria do periodo das descobertas, não inscreveramos nunca paginas de que mais legitimamente nos devessemos orgulhar. Tudo isto se passou ainda ha poucos annos, ainda no dia de hontem para a vida d'uma nacionalidade e quando o comparamos com o abatimento e o desprestigio em que nos encontramos hoje, parece-nos que foi apenas o objecto d'um sonho, ou que foi a lenda e a imaginação do nosso povo que crearam essa phantasia.

Logo depois da proclamação do novo regimen, açularam-se as ambições dos que ha muito vinham cubiçando algumas das nossas colonias e só esperavam a opportunidade de as poderem annexar aos seus dominios ultramarinos. Renovaram-se as negociações para se restabelecer o tratado anglo-allemão de 1898, que o patriotismo e as diligencias pessoaes do Rei D. Carlos tinham inutilisado então. A imprensa que mais privava com os governos das grandes nações coloniaes descrevia sem rebuço nem euphemismos as clausulas mais attentatorias para os nossos direitos d'esse tratado e annunciavam claramente o momento em que elle se viria a executar. O governo portuguez, confuso e atarantado, não encontrou meio algum para evitar o tremendo desastre. Resolveu por isso ir abertamente de encontro aos desejos dos que tinham resolvido expoliar-nos.

Para tirar á perda de Angola o caracter d'uma extorsão clara que não deixaria de ferir o brio nacional por mais adormecido e amodorrado que este parecesse estar, publicou o decreto da porta aberta, contra o qual protestaram todas as forças vivas da nação, comprehendendo que o resultado pratico d'esse diploma seria o estabelecer-se o condominio economico da Allemanha em toda aquella vasta colonia, ficando apenas para nós os encargos e os dispendios da soberania; acceder á nomeação de commissões mixtas, de portuguezes e allemães, encarregadas de estudarem em territorios nossos, exclusivamente nossos e onde por isso só os nossos oficiaes e engenheiros deviam exercer commissões publicas, traçados de caminhos de ferro e adoptar em todos os seus actos uma politica abertamente germanofila, em tudo de accordo com as exigencias e pertensões d'esta potencia.

Mas de repente desencadeou-se a guerra. Os povos mais fortes da Europa lançaram-se n'um duello de morte, de que ha-de sair a remodelação da carta do mundo. Os nossos dirigentes sentiram-se perplexos no caminho a seguir. Alguns d'elles e dos de maior preponderancia não podiam esquecer repentinamente a orientação que tinham querido dar á politica internacional do paiz. O chefe do governo d'então, na sua ancia de contemporisar permanentemente

com as opiniões mais divergentes e de envolver ainda os que mais odeia n'um banho môrno de adulações e amabilidades, era o mais avesso a tomar uma decisão clara e definida. E d'isso resultou essa serie de actos incomprehensiveis á face de todo o direito, em que nos declaravamos abertamente ao lado da nossa antiga alliada, promptos a secundal-a em todos os campos e com todos os nossos recursos, em que realisavamos no parlamento sessões apellidadas de historicas, d'onde sahia um grito estridente de guerra, em que se tomavam resoluções officiaes para a organisação d'um contigente destinado a ir combater ao lado dos inglezes e francezes nos campos de Flandres, não se esquecendo os jornaes affectos ao ministerio de pormenorisarem miudamente a constituição d'esse contigente e tudo isto sem nos declararmos belligerantes e sem interrompermos sequer as mais cordeaes relações diplomaticas com a nação da qual nos mostravamos claramente inimigos! Fortalecendo o vento guerreiro que com tanta intensidade soprava nas regiões do poder creou-se uma intensa e apaixonada campanha na imprensa, que chegou ao cumulo de não admittir que alguem podesse ter opiniões contrarias á nossa voluntaria e expontanea intervenção na guerra e que lançava o labéu de cobardia aos que ousavam divergir das suas opiniões. A expedição para a guerra na Europa não se chegou a realisar e tudo parece indicar que se mallogrou por completo, o que, depois das declarações feitas e dos compromissos atabalhoadamente tomados, não concorreu decerto para a melhoria das nossas relações internacionaes. Mas o mal peior foi o reflexo que todas essas leviandades e imprudencias tiveram na situação da nossa provincia de Angola. Em Lisboa os jornaes, até mesmo os de caracter officioso, usavam a linguagem de que todos se recordam. No parlamento sahiam, até da bancada do governo, declarações arrogantes e imprudentissimas. Mas oficialmente continuavamos em paz com todo o mundo. Os representantes da auctoridade não tinham instruções para fazer qualquer cousa que sequer podesse ser suspeito de animosidade. O governo só tardiamente se lembrava de reforçar as guarnições dos fortes mais ameaçados do nosso dominio colonial e esses contingentes não encontravam facilidades para o desempenho da patriotica missão que tinham a cumprir. D'ahi os tristes incidentes que se tem succedido e que, além de aggravarem consideravelmente a crise com que Angola já se debate ha annos, ameaçam consideravelmente o seu futuro. O desenrolar d'esses incidentes merece uma referencia especial, porque elles devem servir de dolorosa licção e de util ensinamento para ver se ainda podemos dar remedio a tantos males e desacertos. Não queremos porém alongar demasiadamente esta chronica e por isso d'elles falaremos na seguinte.

Lourenço Cayolla

Notas Politicas

POR

VICTOR FALCÃO

Comedia... presidencial

I

(*A scena decorre no vasto gabinete de S. Ex.ª, ornado de moveis desirmanados. N'um divan estão sentados dois cavalheiros: um tem cabellos louros, outro possue cabellos pretos. De pé, junto da polída secretaria* ministre, *exhibe-se um varão, alto como a torre dos Clerigos. Ao lado d'elle, triste como um gemido, encontra-se um marreca, velho partidario republiqueiro, preterido n'um concurso para professor de esthetica. Tudo, n'aquelle sitio, se mostra desegual. Sem embargo, ao fundo do gabinete, desdobrado sobre a estatueta em gesso d'uma matrona arremangada, está um panno. E esse panno tem, em letras verdes e encarnadas, estes dizeres estranhos:* Liberdade, Egualdade e Fraternidade.)

S. Ex.ª *(erguendo-se, a compasso, da sua cadeira).* Pois é verdade, meus amigos... O Brito Camacho é um cynico! O que elle tem feito ao imbecil do Antonio José! Só ha, entre os marechaes republicanos, um homem tão perverso como o Camacho. Um só! E esse...

Os ouvintes *(em côro).* Quem é?

S. Ex.ª *(entreabrindo os labios para sorrir cordealmente).* Ora, quem é! Os meus amigos, os meus bons amigos, já sabem. Ora, quem é! Quem havia de ser! *(tregeitando os olhos, n'uma postura mystica).* É o Affonso. O Affonso! Coitado... No fundo elle não é mau rapaz. Se não fossem as companhias...

Um amigo do snr. Derouet *(interrompendo, abespinhado, a declaração presidencial).* V. Ex.ª é injusto! V. Ex.ª não tem razão para censurar o Derouet! O Derouet é um martyr, incapaz de matar uma mosca, e nunca, pela palavra nunca, ousaria offerecer um mau conselho ao chefe do seu partido. Snr. Presidente: piedade para o Derouet!

S. Ex.ª *(conciliador).* Vá, não se zangue, meu bom, meu querido correligionario. Como está sua esposa? E os seus filhinhos? Eu não quiz referir-me

ao meu velho e prestimoso amigo Luiz Derouet. Não quiz, dou-lhe a minha palavra d'honra! Mas, diga-me: como está sua esposa? E os seus filhinhos?

O amigo do snr. Derouet *(encavacado)*. Então V. Ex.ª agora está a troçar commigo? A minha esposa? Mas eu sou solteiro! Os meus filhinhos? Foi coisa que nunca tive... Ah! snr. Presidente, snr. Presidente, a mim o que me surprehende é a resistencia de V. Ex.ª! Como diabo é que V. Ex.ª consegue resolver os problemas do estado, que em geral são de natureza grave, sendo afinal um homem de tanto espirito?

S. Ex.ª *(Sentando-se, suspirando e dando mostras de grande cansaço)*. Ai! ai! Os meus amigos não calculam o que é esta vida... É um inferno! Os nossos correligionarios insultam-se mutuamente, escancaram as podridões dos seus partidos, auxiliam com os seus desatinos a propaganda monarchica, desgostam, com as suas calumnias, as principaes figuras do regimen, e eu, — sempre eu! — é que tenho de harmonisar os desavindos, de annular os effeitos das calumnias, de compensar com as minhas resoluções reflectidas todas as tolices que essa gente faz, de salvar com o prestigio popular que alcancei pela sinceridade dos meus actos e das minhas palavras, a vida periclitante da Republica! Se todos me ouvissem, se todos escutassem os meus rogos, se todos imitassem o meu exemplo, reinaria a paz entre nós e nunca mais — nunca! — voltaria a este paiz a maldita monarchia! Assim, — com calumnias, com mentiras, com insultos — vae-se tudo pela agua abaixo...

Os ouvintes *(Outra vez em côro)*. V. Ex.ª é o salvador da Patria!

S. Ex.ª *(Modestamente)*. Talvez, talvez... Mas nem sequer como, meus amigos, nem sequer como! Só almoço e mal. Pois se não tenho tempo!

II

(Batem de mansinho á porta do gabinete. S. Ex.ª manda entrar. Irrompe um homem alambazado, typo de moço de esquina, trazendo n'uma das mãos, suspensas, algumas d'essas latas de que se servem as tabernas que fornecem jantares aos domicilios a 3 tostões por cabeça. O professor de esthetica, marreco, curva-se n'uma reverencia. O gigantesco correligionario de S. Ex.ª pede licença para sentar-se um bocadinho. A parte restante do respeitavel publico alli presente, então sentada, levanta-se assim a modos de quem tenciona ir-se embora. Todos os movimentos foram dissimilhantes. Sem embargo, ao fundo do gabinete, desdobrado sobre a estatueta em gesso d'uma matrona arremangada, está um panno. E esse panno tem, em letras verdes e encarnadas, estes dizeres extranhos: *Liberdade, Egualdade e Fraternidade.*)

O moço de fretes *(olhando com sem-cerimonia para toda a cerimoniosa gente que o rodeia)*. Antão, xenhor presidente, bae o jantar, num é berdade?

S. Ex.ª (*amavel e contente*). Sim, Romão, traz as latinhas. Olha lá: vem o frango assado? (*Destapando a primeira lata com a mão esquerda e estendendo a mão direita ao moço de fretes*). Cá está o frango! Cá está elle! E a tua mulher, como vae? E os teus filhinhos! Ah! meu querido Romão, se todos fossem como tu estava salva a Republica! (*Voltando-se para os restantes varões presentes*). Não imaginam como este homem me é dedicado! Todos os dias, a esta hora, vem aqui ao ministerio. Ás vezes está alli fóra mais de uma hora á espera...

Os ouvintes *(Pela 3.ª vez em côro).* Á espera de que V. Ex.ª tenha tempo de comer?

S. Ex.ª *(Esquecendo-se de que declarára que não comia).* Não, meus amigos, á espera que eu esvazie as latas do jantar...

III

(Sôam oito horas n'um relogio coberto de poeira. Ao lado do relogio, n'uma meza antiga, dorme um espanador novinho em folha. Os cavalheiros presentes despedem-se de S. Ex.ª. Depois S. Ex.ª pergunta quem está á espera d'elle, para lhe falar. O secretario, solicito, informa-o. Chegára, recentemente, á sala de espera, a mulher que fôra ama do sr. Affonso Costa e que pretendia que o filho, habituado á boa-vida, fosse nomeado amanuense. Tambem estava na escada, desde as 9 horas da manhã, uma professora provinciana, cara de fome, que vinha pedir ao ministro a protecção necessaria para lhe ser pago o ordenado de 7$955 em divida. S. Ex.ª resolveu mandar entrar só a ex-ama. Sem embargo, ao fundo do gabinete, desdobrado sobre a estatueta em gesso d'uma matrona arremangada, está um panno. E esse panno tem, em letras verdes e encarnadas, estes dizeres estranhos: *Liberdade, Egualdade e Fraternidade!*

A ex-ama do sr. Affonso *(Entrando desembaraçada, na companhia de um homensinho de fraque, e dando uma palmada no hombro de S. Ex.ª).* Então como vae isso? Lá a sua creada já lhe fez o arroz de meudos, como eu lhe ensinei?

S. Ex.ª *(Estendendo uma das mãos ao homensinho do fraque).* Por cá? Que deseja de mim o senhor jornalista? *(Estendendo a mão disponivel á ex-ama do sr. Affonso)* A minha querida Mariana, já sei, vem aqui porque pensa qne me esqueço de collocar o seu rapaz. E' injusta, minha querida amiga, é injusta! Sempre que como o seu arroz de meudos lembro-me da sua pretenção. Acredite. *(Estendendo as duas mãos ao jornalista).* O meu amigo tem hoje um ar mysterioso. Desembuche, por favor... Que pretende da minha pessoa?

O jornalista (*Retorcendo o bigode petulantemente).* As minhas informações auctorisam-me a solicitar de V. Ex.ª a confirmação do boato que por'hi corre...

S. Ex.ª (*Fingindo-se curioso*). E que boato corre então por ahi?

O jornalista (*Esboçando um sorriso de triumphador*). O de que V. Ex.ª se tornou imcompativel com o sr. Affonso Costa.

S. Ex.ª (*Vestindo o sobretudo e encaminhando-se para a porta de sahida*). Isso não passa d'uma refinada calumnia! O Affonso é dos homens mais dignos do partido republicano. Incapaz d'uma traição, incapaz d'uma deslealdade, elle tem sido para mim, sempre, o que eu, sempre, tenho sido para elle: um amigo devotado, incondicional, em plena conformidade de vistas. Eu nunca — nunca! — disse mal do Affonso. E nunca — nunca! — disse mal do Camacho ou do Antonio José. Os três encarnam bem a alma do povo republicano, cheio de dignidade e de nobreza. Incompatibilisar-me com o Affonso? Olhe, adeus meu amigo, adeus! (*E voltando-se para a ex-ama do sr. Affonso*) E você, Mariana, adeus tambem. E não se zangue. Pode contar com o emprego do seu rapaz.

Um continuo (*Ao ouvido de S. Ex.ª*). Tenha V. Ex.ª cuidado: olhe que está alli a professora que ha mais de um mez tenta fallar com V. Ex.ª.

S. Ex.ª (*Em voz baixa, para o continuo*). Que maçadora! (*Em voz alta, para toda a gente*). Coitadinha! Diga-lhe que me procure para o mez que vem.

POR

G. JEAN AUBRY

O PÃO K e o CHÁ DO CIRO'S

Estão decorridos sete mezes de guerra. Os chefes do estado maior allemão não podem calar a sua colera nem o seu desgosto ao verem até que ponto se enganaram nos seus calculos. A campanha contra a França seria, segundo elles, questão de tres semanas ou um mez, na peor hypotese. Paris capitularia quinze dias depois da declaração de guerra e ao cabo de sete mezes já não se pensa em tomar Paris, nem sequer Calais. Todo o esforço consiste em evitar que o exercito allemão succumba á fome, o terrivel inimigo perante o qual se vergam as vontades mais corajosas e as mais fortes energias.

Ao cabo de sete mezes de guerra Paris retomou o seu aspecto habitual, a vida normalisou-se. Em Berlim a população come por rações, prohibiu-se o chá das cinco e todo o Imperio se entrega ás delicias duvidosas do pão K.

É realmente para extranhar a situação economica actual da Allemanha. Ha dias tive o prazer de encontrar o snr. Visconde d'Avenel, cujas obras sobre a vida economica fazem opinião em França, e elle confirmou-me o que eu já escrevera, isto é, que a Allemanha tem normalmente uma producção de trigo sufficiente para assegurar a sua manutenção durante dez mezes por anno e que por consequencia era de esperar que as difficuldades d'esta ordem só se manifestassem no principio de junho. E todavia é indubitavel que ellas começaram em janeiro.

— Tenha a certeza, dizia-me o snr. Visconde d'Avenel, que as medidas tomadas na Allemanha são medidas *preventivas* e que não representam desde já um estado real de fome; entretanto não se comprehenderia que o governo estivesse provocando o terror na opinião publica e aggravando ainda mais a especulação sobre as farinhas, se o perigo não fosse imminente. É difficil explicar a causa d'uma tão prompta proximidade, mas o facto incontestavel é que a Allemanha está realmente muito embaraçada e é isto que nos interessa. „

Tudo, de resto, indica nitidamente uma transformação geral: a Agencia Wolf baixou consideravelmente o tom dos seus communicados; os polemistas allemães mais vigorosos falam agora de *resistir* emquanto restar um homem e um boccado de pão; já não são pois as fanfarronadas do mez de agosto.

Por outro lado a confiança e a calma da França são notaveis: d'um

extremo ao outro da escala social se nota a mesma tranquilla dignidade no meio das angustias que a guerra impõe ao coração das mães, das esposas, das noivas. N'um dos ultimos dias, á hora do chá — porque em Paris não se prohibe o chá como em Berlim — n'uma casa amiga, entre muitas mulheres que todas tinham alguem querido no campo de batalha, estava a esposa d'um dos jovens generaes que mais se teem distingido desde a abertura das hostilidades e que alem do marido tem o seu filho unico — condecorado ha dias com a medalha militar por varios actos de bravura, — nas dunas do Yser. Esta esposa e esta mãe, nova ainda, graciosa, elegante, estava ali falando com uma serenidade feita de ternura e de orgulho dos dois seres queridos que luctam na fronteira, nas duas extremidades da hierarchia militar. Em todas as suas palavras se advinhava a amargura do seu coração, e todavia ella sorria com a mais absoluta confiança e espalhava na sala a alegria grave e bella de Paris. Nunca tanto como depois que começou a guerra eu senti toda a grandeza das virtudes d'uma alma de mulher franceza, todo este heroismo que se esconde por detraz d'um sorriso, o pudor que impede de revelar a intimidade da alma e que procura espalhar em volta de si o prazer de viver.

Ah! quantas vezes os extrangeiros se deixam illudir pelas apparencias e não vêem senão frivolidades sob tanta graça parisiense. Mas nós que os conhecemos e que ha mezes lhes vimos sentindo os effeitos, só nós comprehendemos quanto as virtudes mais romanas ganham ainda em grandeza e em nobreza quando são veladas por esta elegancia, este sorriso, esta graça parisiense que todos concordam em que não tem rival no mundo.

Ha dois ou tres mezes ainda Paris não se tinha habituado a esta existencia em que a luz se rarefaz ao cahir da noite, em que os *autobus* desappareceram, em que os restaurantes fecham ás dez horas e os theatros ás onze; hoje porém a normalidade restabeleceu-se inteiramente no dominio das possibilidades materiaes. As grandes modistas vêem as compradoras affluir de novo aos seus salões e por tal forma que algumas das maiores casas de costura de Paris attingiram já a sua cifra de negocios habitual. A' noitinha, á hora do costume, vêem-se já as pequenas e graciosas obreiras da moda desapparecer nas boccas avidas do metropolitano. Os *boulevards* retomaram o antigo aspecto; em Paris não falta nada e ao passo que as berlinenses se reunem para se darem reciprocamente coragem para comer o pão de cerco, as jovens mulheres francezas trocam impressões sobre a guerra e lêem as suas cartas do *front* em roda das pequenas mezas carregadas de *petits fours*, de doces deliciosos, nas casas de chá em voga.

Tudo revive na certeza da victoria: Hontem vi as gravuras das novas modas de verão: os vestidos amplos, as golas altas, os mil novos detalhes ni-

ventados pelas modistas representam um esforço de imaginação impossivel e inacceitavel se a tranquilidade de espirito da França não fosse absoluta. Eu não quero entrar n'uma questão que me não é familiar mas parece-me que a politica internacional depende muito das modas femininas; não seria difficil prová-lo e eu fa-lo-hei qualquer dia, limitando-me por hoje a vêr n'este facto uma prova indiscutivel de que o genio francez não está de forma alguma abatido e que devemos pelo contrario prever que se continue a manifestar em todos os campos de batalha, tanto nos do Yser, do Champagne ou dos Dardanellos como n'aquelles, mais pacificos mas não menos efficazes, das grandes cidades americanas, onde os agitadores germanicos tentam o supremo esforço.

O desespero dos alemães da America não tem limites. Quando o governo de Berlim lançou o seu grito de excommunhão contra a Inglaterra e declarou que bloquearia as Ilhas Britanicas, os allemães de Chicago e de Nova York exhultaram e expandiram-se n'aquellas finas ironias contra os inglezes de que elles tem o segredo. Mas bem depressa tiveram que mudar de tom.

A Inglaterra mostrou uma vez mais ao mundo que se não deixa intimidar pelas ameaças impotentes dos seus inimigos e falou a linguagem da força serena apoiada pela consciencia do seu direito. A nota franco-ingleza entregue aos neutros nos ultimos dias é como que uma nova declaração de guerra e a affirmação cathegorica da resolução absoluta dos alliados de reduzirem a Allemanha ao silencio. O tom do discurso do snr. Asquith faz lembrar os d'aquelles tempos heroicos em que a Gran-Bretanha lançava a Europa inteira contra a ambição napoleonica.

Á Allemanha que pretende passar por victima deante dos neutros, á Allemanha que se insurge contra a perspectiva de vêr a sua população reduzida á fome, respondeu o primeiro ministro inglez evocando o precedente de Bismarck que se recusou a deixar reabastecer-se de víveres a cidade de Paris em 1870, que se recusou a deixar sahir de Strasbourg a população civil. Assim tambem, no principio da campanha, o imperador do Japão declarava guerra á Allemanha n'um documento redigido exactamente nos mesmos termos d'um precedente ultimatum allemão...

Estas ironias não são certamente do gosto do Kaiser; mas provam eloquentemente que os governos alliados manteem toda a sua presença de espirito porque a sua confiança se apoia no direito e não na ambição desmedida.

Paris, 7 de março.

J. Jean-Finlerus

Factos e Criticas

Conselheiro Ayres de Ornellas

Regressou ha dias a Portugal, acompanhado de Sua Ex.ma Esposa, a Senhora Dona Maria de Jesus de Sousa Holstein de Ornellas, o grande estadista, grande militar, escriptor e orador de raro merito, snr. Conselheiro Ayres de Ornellas.

O seu regresso á Patria, ao cabo de quatro annos de exilio, não é facto que possa deixar indifferentes os bons portuguezes. Era indispensavel que um homem como o snr. Conselheiro Ayres de Ornellas, dotado das mais altas virtudes intellectuaes, espirito cultissimo e caracter d'antes quebrar que torcer, viesse tomar o logar que de direito lhe pertence na vida portugueza e agrupar em volta do seu nome sem mancha, que todos admiram, que todos amam, os bons elementos da boa causa que lamentaveis equivocos conservam ainda dispersos e afastados da lucta.

Ligam-nos ao snr. Conselheiro Ayres de Ornellas os laços da mais estreita amizade contrahida e mantida ininterruptamente durante annos nas terras do exilio. A sua opinião esclarecida, o seu conselho amigo seguimo-lo sempre sem hesitar, certos de que era o melhor. Foi o eminente estadista a primeira pessoa a quem expuzemos o plano d'*A Ideia Nacional*, foi elle o nosso principal auxiliar e a sua voz será sempre a primeira consultada n'esta casa quando alguma difficuldade surgir.

Os nossos cumprimentos mais affectuosos ao illustre collaborador d'*A Ideia Nacional*.

Alvaro Pinheiro Chagas

Extranharão os leitores d'*A Ideia Nacional* que entre os nomes illustres que formam o corpo de collaboradores d'esta revista, não appareça o do snr. Alvaro Pinheiro Chagas que é, por todos os titulos, uma das figuras mais brilhantes do partido monarchico, um dos nomes mais prestigiosos da terra portugueza.

Quando se resolveu a publicação d'esta revista, logo que se tratou da sua organisação litteraria e politica, o director d'*A Ideia Nacional* que tem pelo raro talento e pelo nobre caracter do snr. Alvaro Pinheiro Chagas uma particular estima, procurou o illustre escriptor com o fim de pedir a sua primorosa collaboração em todos os numeros da nova revista.

O snr. Alvaro Pinheiro Chagas estava muito sobrecarregado com outros affazeres e resolvido a não voltar desde já ao jornalismo. Esses affazeres, que subsistem ainda hoje, impedem-no de nos dar, desde o nosso 1.º numero, a collaboração desejada. Mas o director d'*A Ideia Nacional* sahiu de casa do snr. Alvaro Pinheiro Chagas com a promessa terminante, já depois d'isso varias vezes confirmada, de que poderá, d'um momento para o outro e esperamos que seja muito breve, annunciar aos seus leitores a entrada definitiva do eminente escriptor no corpo de collaboradores effectivos e permanentes d'*A Ideia Nacional*.

Esperamos com impaciencia esse dia e d'aqui enviamos ao nosso querido amigo, que tanto tem soffrido e luctado pelo engrandecimento d'esta Patria, um grande e affectuoso abraço.

Mente O MUNDO

Varias vezes *O Mundo* se tem referido em termos mais ou menos *amaveis* aos artigos que publicamos diariamente no grande jornal parisiense *L'Eclair*, na secção a nosso cargo — *America Latina, Hespanha e Portugal*. Ha dias a referida gazeta fazia divertidos commentarios a um d'esses artigos e começava assim: «O diario parisiense *L'Eclair* onde escreve Homem Christo Filho...» Ora o diario parisiense *L'Eclair*, onde *não escreve* o França Borges, tem apreciado a situação portugueza com a maior imparcialidade e commedimento, applaudindo o governo do snr. Pimenta de Castro e condemnando as zaragatas que os collegas do França Borges na *Formiga Branca* teem organisado. Diz *O Mundo* que a imprensa extrangeira se está referindo a Portugal como se fallasse da Republica da Liberia. E' exacto. Mas o que não é exacto é que sejam os actos do snr. Pimenta de Castro a causa de tão pouco lisongeira comparação. Os jornaes extrangeiros teem sido unanimes, pelo contrario, em applaudir a honesta tentativa d'este governo e em fulminar as vergonhosas proezas dos partidarios do snr. Affonso Costa.

De maneira que, como sempre, *O Mundo* mentiu descaradamente.

«A Ideia Nacional»

Não existe, no mundo inteiro, uma revista tão barata como a nossa. Não é só o numero avultado de paginas de texto que torna modico o seu preço. E' tambem, e principalmente, o valor da collaboração que ella encerra — a collaboração das mais altas mentalidades da terra portugueza.

Esforçámo-nos por executar integralmente, n'este primeiro numero, todo o nosso vasto plano. Mas lealmente o confessamos — nós somos muito exigentes... — nem de leve o conseguimos. Faltam secções, supprimidas á ultima hora, como — *Registo de Acontecimentos*. Outras, como *Factos e Criticas*, estão apenas esboçadas.

Tudo será remediado sem tardança. Verão os leitores...